

Lisboa-Maputo: CM desanuvia

• O sistema bancário angolano está em vias de começar a passar por profundas reformas. As autoridades angolanas solidificaram para tal a cooperação do Banco Portugal, que em Julho já fez deslocar Luanda uma missão técnica destinada a fazer um levantamento da situação actual e a recolher elementos que permitam formular uma proposta. Esta medida ocorre num momento em que foram assinalados progressos nas negociações com vista à adesão de Angola ao FMI. Uma missão da instituição esteve discretamente em Luanda, em Outubro.

As alterações a introduzir no sistema bancário, já esquematizadas nas suas grandes linhas pelas autoridades angolanas, prevêem que o BNA (Banco Nacional de Angola), além de banco central, passe igualmente a ter uma vocação comercial. O BPA (Banco Popular de Angola) continuará por sua vez como entidade vocacionada para a captação de poupanças, as quais passarão, no entanto, a ser aplicadas. A actual política do BPA limita-se a reter as poupanças como depósitos em reiteira.

O mais notório objectivo dos planos de redefinição do sistema bancário de Angola vai, no entanto, no sentido da criação a

médio prazo dos primeiros bancos inteiramente comerciais com a participação de capitais estrangeiros. Uma outra medida que está em vias de ser adoptada é a da reintrodução da letra e da livrança, tendo em vista um próximo desenvolvimento do mercado interno com a sua abertura ao sector privado.

O BNA encontra-se actualmente em estado de grande desordem e não tem conseguido assumir em plenitude a função que lhe está fixada de gestor das disponibilidades cambiais do país. Este fenómeno decorre não só de uma clara ausência de regras destinadas a disciplinar o acesso aos mercados externos por parte dos ministérios e das empresas públicas, como de uma sistemática inobservância dos raros critérios existentes na matéria.

Esta disfunção acentuou-se depois que o antigo vice-governador do BNA, Mário Pizarro, foi demitido. Em 1987 Angola teve de recorrer a uma equipa de peritos húngaros (AC n.º 22, pág. 4) para conseguir determinar com exactidão o valor da sua dívida externa. Mário Pizarro (AC n.º 16, pág. 5) é actualmente assessor do Presidente José Eduardo dos Santos.

Admite-se também o seu regresso ao BNA, embora ele insista em que previa-

mente seja desagravado publicamente das acusações que lhe foram feitas.

O BNA fixa anualmente plafonds cambiais para os vários ministérios e para as empresas públicas por cada um deles tuteladas. Mas a autoridade do BNA não é respeitada e há também problemas no estabelecimento de uma inter-relação adequada com as entidades que intervêm nos mercados externos. Daqui resulta um descontrolado endividamento externo de Angola, bem como o aparecimento de sérios problemas em matéria de pagamentos internacionais. Só o Ministério do Comércio (AC n.º 27, pág. 4) ultrapassou em 200 milhões de dólares o plafond que lhe foi atribuído para 1988.

Inicialmente Angola recorreu a técnicos cubanos, soviéticos, brasileiros e franceses como assessores no BNA. Mas em todos os casos verificou-se que os referidos técnicos eram profissionalmente mais desqualificados que os próprios quadros angolanos. A assessoria que melhores resultados tem dado é a dos húngaros. Foi deles que partiu a sugestão para que o BNA adoptasse padrões de organização e funcionamento semelhantes ao do Banco de Portugal.